



L. G. OLIVEIRA^(a)

M. O. BATALHA^(b)

K. B. PETTAN^(c)

Programa Nacional de Alimentação Escolar e Agricultura Familiar no Brasil: estudo de caso em Ubá (Estado de Minas Gerais).

Resumo

Esse estudo tem como objetivo avaliar impactos socioeconômicos gerados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos agricultores familiares beneficiários do Programa. Para o desenvolvimento desse trabalho foi realizado um estudo de caso junto aos agricultores do município de Ubá/MG, Brasil. Os resultados mostram que o PNAE gerou melhorias na renda, quantidade produzida, qualidade dos produtos, sendo o valor pago pelo produto no PNAE maior que o de outros canais de comercialização. Apesar disso, acesso a outros canais de comercialização e assistência técnica não melhoraram para os agricultores que participam do Programa, o que mostra que nem todos os objetivos do programa foram atendidos.

Palavras chave: Programa Nacional de Alimentação Escolar, Agricultura Familiar, Avaliação.

National School Feeding Program and Family Farming in Brazil: a case study in Ubá (State of Minas Gerais).

Abstract

This study aims to evaluate the socio-economic impacts generated by the National School Feeding Program in beneficiary farmers. For the development of this study we present a case study with farmers in the city of Ubá/MG Brazil. The results show that the PNAE has generated improvements in income, produced quantity, quality of products and the amount paid for the product in the PNAE is higher compared to other marketing channels. Nevertheless, access to marketing channels and technical assistance have not improved to farmers who participating in the program, which shows that not all the objectives of the program are met.

Keywords: National School Feeding Program, Family Farming, Evaluation.

(a) Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, leandrobaquim@yahoo.com.br

(b) Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, dmob@ufscar.br

(c) Consultor para Organismos Internacionais no Brasil e Moçambique, kleber.pettan@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública que foi criada pelo governo federal brasileiro na década de 40. Nele o Estado adquire alimentos e fornece aos alunos da rede pública de Ensino. De acordo com a Lei PNAE de 16 de junho de 2009, no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação escolar, devem ser direcionados à aquisição de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando o fornecimento de alimentos da região onde estão localizadas as escolas (RIBEIRO *et al.*, 2013; FNDE, 2014). Esta estratégia de aprovisionamento pode ser bastante interessante como ferramenta de desenvolvimento local rural. Ela facilitaria a inserção econômica e social da pequena propriedade rural regional via a criação de canais de comercialização que podem agregar valor a pequena produção agropecuária familiar.

Assim, além das melhorias nas condições alimentares dos seus respectivos públicos-alvo, importa conhecer os reais impactos dessas políticas na agricultura familiar. É absolutamente fundamental para o sucesso do programa que ele seja atrativo para os agricultores familiares. Identificar as vantagens e as desvantagens para a agricultura familiar, repertoriando dificuldades e levantando soluções, é vital para que o programa não colapse do ponto de vista da oferta dos alimentos.

As avaliações de políticas públicas têm como intuito identificar as mudanças ocorridas nas condições de vida dos beneficiários, além de verificar se os resultados obtidos foram alcançados de acordo com o planejamento. Segundo Rossi (2012), esse tipo de avaliação é extremamente importante, pois permite averiguar se as políticas públicas geraram resultados positivos nos agentes beneficiários.

Em virtude dos benefícios potenciais do PNAE em segurança alimentar e nutricional e pela garantia da comercialização dos produtos da agricultura familiar, essa política pública tem sido difundida por todo o território nacional (FNDE, 2010; BRASIL, 2012). Inserido neste movimento, o município de Ubá/MG-Brasil institucionalizou o PNAE em 1996. Esse município se destaca pela concentração de estabelecimentos familiares e produz principalmente produtos hortifrutigranjeiros, frango de corte e gado de leite. Assim sendo, o objetivo desse estudo é avaliar os impactos causados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos agricultores familiares beneficiários do Programa no município de Ubá-MG Brasil.

2. Referencial Teórico

Este referencial aborda questões ligadas com a agricultura familiar, descreve brevemente o Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil e apresenta alguns aspectos teóricos de definição e justificativa de estudos de Avaliação de Políticas Públicas.

2.1. Agricultura Familiar

No Brasil, a agricultura familiar é um segmento de grande importância socioeconômica (MARTINS SILVA; MENDES, 2009). Ela é considerada um setor estratégico para o país e um dos pilares do projeto nacional de desenvolvimento. Sua presença é ativa na maioria dos municípios brasileiros, principalmente aqueles com menos de 50 mil habitantes. A agricultura familiar além de desempenhar a função de produção de alimentos e de matérias primas, contribui para a redistribuição da renda, manutenção e geração de empregos, gestão dos territórios rurais e garantia da soberania alimentar do país para construção do desenvolvimento sustentável (PERES JR *et al*, 2013).

Segundo IBGE (2006) existem no Brasil aproximadamente 5,17 milhões de propriedades rurais. Desse total, 4,37 milhões (84,4%) são considerados estabelecimentos familiares, que abrangem uma área 80,25 milhões de hectares (24,33%). O restante dos estabelecimentos rurais, ou seja, 807,59 mil (15,6%) era considerado propriedades não familiares, que compreendiam uma área de 249,69 milhões de hectares (75,67%). Através desses dados, pode-se observar que no Brasil, ainda existe predomínio de uma estrutura agrária concentrada em propriedades não familiares, pois a área média dos estabelecimentos rurais familiares era de 18,37 hectares e de propriedades não familiares de 309,18 hectares (IBGE, 2006; ROSSI, 2012).

A produção familiar também é um importante fator de fixação do trabalhador no campo, o qual contribui para redução do êxodo rural (GUILHOTO *et al*, 2007). Esta ainda é responsável por criar condições de trabalho favoráveis e oportunidades de trabalho no meio rural. Em 2006, ela empregou 12,32 milhões (74,4%) dos trabalhadores envolvidos no setor agropecuário, sendo 8,21 milhões (66,7%) postos de trabalho ocupados por homens e 4,1 milhões (33,3%) por mulheres, com 14 anos ou mais (IBGE, 2006).

Além disso, a agricultura familiar opera através sistemas de produção diversificados (CARVALHO, 2009). Esses são compostos principalmente por produtos hortifrutigranjeiros e por

produtos de origem animal, destinados ao mercado interno, externo ou ao consumo próprio (BUAINAIN *et al*, 2005), conforme o gráfico 1.

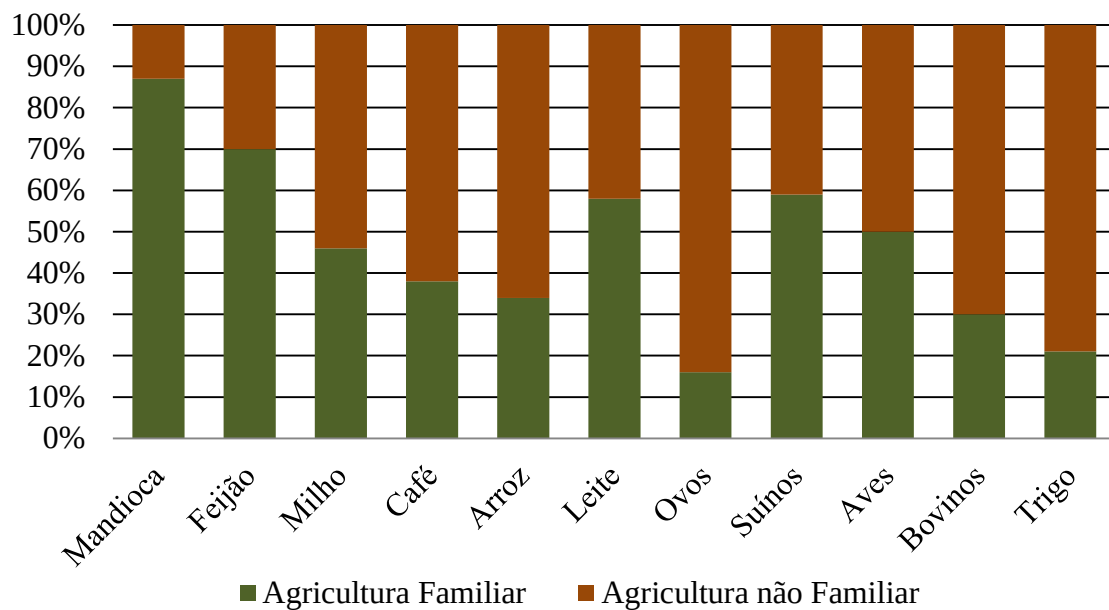


Gráfico 1. Participação da agricultura familiar na produção de alimentos.

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE (2006).

Pode-se ver que a agricultura familiar produziu 87% da produção de mandioca, 70% de feijão (preto, cor, fraldinha, *caupi* e corda), 46% de milho, 16% de soja, 38% de café (arábica e *canephora*), 34% de arroz, 58% do leite (vaca e cabra), 16% de ovos, 59% dos suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e 21% do trigo do país. Em algumas dessas culturas existe o predomínio da produção por propriedades familiares, como a mandioca, feijão, leite, suínos e aves, entretanto, em culturas *commoditizadas*, como o caso da soja, trigo, produção de bovinos, a participação da agricultura familiar não é tão expressiva.

No Brasil, os principais canais de distribuição utilizados pela agricultura familiar para o escoamento da sua produção são as feiras livres, sacolão, varejão, quitanda, empresas do ramo de refeições coletivas (MACHADO; LAGO DA SILVA, 2003), supermercados, restaurantes, agroindústrias (SOUZA FILHO; BONFIM, 2013), associações, cooperativas e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PNAE é uma política pública que promove o desenvolvimento do meio rural e garante a alimentação saudável aos alunos da rede pública de ensino. Além disso, é importante ferramenta de capacitação dos produtores rurais, pois propicia o aperfeiçoamento das habilidades de

gerenciamento dos agricultores através de cursos, para que possam melhorar seus processos produtivos buscando ofertar produtos de qualidade a canais de comercialização que antes eram restritos a esse público.

2.2. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar pode ser considerado uma evolução do Programa de Merenda Escolar desenvolvido pelo governo federal brasileiro na década de 40 (FNDE, 2014a). Ele tem por objetivo fornecer alimentação escolar aos alunos matriculados na rede pública de ensino contribuindo assim, para o seu desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis. Isso ocorre por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (FNDE, 2014a), reduzindo assim, a evasão e a repetência escolar (COSTA, 2004; BELIK *et al*, 2011).

O PNAE é coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e pelo Ministério da Educação (MEC). Os recursos para operacionalização do PNAE são oriundos do Tesouro Nacional, onde o FNDE é responsável pelo repasse dos recursos financeiros para aquisição de alimentos, cabendo aos Estados e Municípios complementar estes recursos e, se necessário, cobrir os custos operacionais do programa (STURION *et al.*, 2005; RIBEIRO, CERATTI, BROCH, 2013).

Através da medida provisória nº 2.178, de 2001, o programa passou a ter a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo governo federal sejam aplicados na aquisição de produtos básicos¹ e que os hábitos alimentares da região sejam respeitados, impulsionando o desenvolvimento da economia local.

Segundo a Lei PNAE, de 16 de junho de 2009, o programa prevê que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDEb) para alimentação escolar, sejam direcionados a aquisição de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando o fornecimento de alimentos da região onde

¹Produtos básicos são considerados os alimentos imprescindíveis para a composição de uma dieta. No caso da agricultura familiar, alguns dos produtos podem ser hortifrutigranjeiros, laticínios, mel, sementes, pescado, carnes, castanhas, grãos, oleaginosas, etc.

estão localizadas as escolas (RIBEIRO, CERATTI, BROCH, 2013; FNDE, 2014). Esta estratégia de aprovisionamento é bastante interessante como ferramenta de desenvolvimento local rural. Ela facilita a inserção econômica e social da pequena propriedade rural regional via a criação de canais de comercialização que podem agregar valor a pequena produção agropecuária familiar.

Para fornecer alimentos para as escolas, o agricultor familiar deve também possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf ² (DAP), podendo comercializar individualmente ou se agrupar em cooperativas e associações. Segundo artigo 32 da Resolução FNDE nº 26 de 17 de Junho de 2013, cada produtor pode comercializar um valor total de R\$ 20.000,00/ por DAP/ano, sendo controlado pelo FNDE e MDA. Para receber os alimentos através dos PNAE, as escolas beneficiárias precisam estar cadastradas no censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) (FNDE, 2014c).

A fiscalização do programa é realizada pelo FNDE e pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE). A prestação de contas é executada pela secretaria de Educação do estado ou município, que envia a documentação para o Conselho de Alimentação Escolar até o dia 15 de fevereiro do ano subsequente ao recebimento dos alimentos. Após avaliar os documentos, o CAE elabora parecer e o remete, junto com a prestação de contas e todos os comprovantes de despesas, para o FNDE até 31 de março. Caso o CAE e o FNDE não aprovem a prestação de contas, inicia uma Tomada de Contas Especial e o repasse é suspenso (FNDE, 2014).

O total de recursos destinados ao PNAE tem aumentado no decorrer dos anos. Em 1995, o recurso para o programa teve um montante de R\$ 590,1 milhões chegando ao ano de 2013 com um total de R\$ 3.542 milhões, como demonstrado no gráfico 2.

² O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é uma política pública que tem como objetivo promover o fortalecimento e o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar por meio de financiamentos e investimentos.

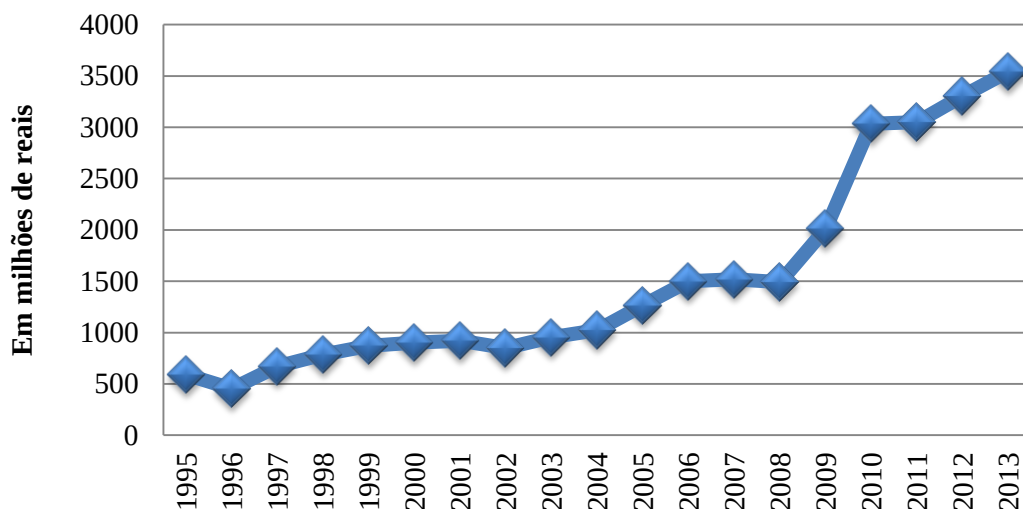


Gráfico 2. Total de recursos destinado ao PNAE de 1995 a 2012.

Fonte: FNDE (2014)

Devido ao aumento dos recursos houve um crescimento na abrangência do PNAE e mais estudantes das redes públicas puderam ser beneficiados (gráfico 2). No ano de 1995 foram atendidos cerca de 33,2 milhões de alunos de escolas públicas, creches, pré-escolas, escolas indígenas e quilombolas, ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos, ensino integral pelo PNAE. Em 2013, cerca de 43,3 milhões de estudantes beneficiados receberam alimentos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

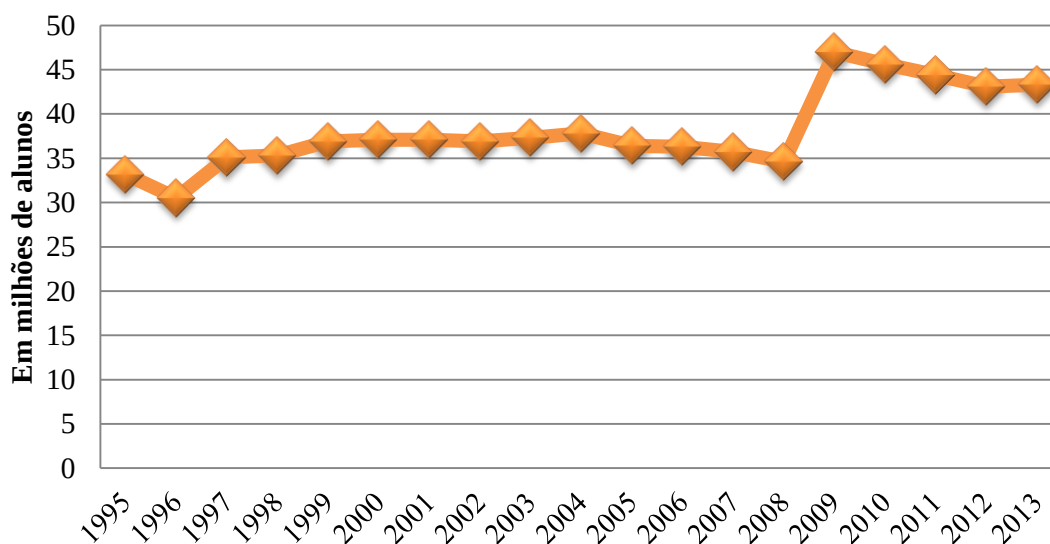


Gráfico 3. Número de alunos atendidos no PNAE de 1995 a 2012.

Fonte: FNDE (2014)

Para que os agricultores familiares estejam habilitados a participar do programa, eles precisam se organizar em associações e cooperativas. Depois de organizada, a cooperativa/ associação destina o produto para a escola que será beneficiada pelo programa. Os produtos originários da agricultura familiar que são destinados a atender o PNAE possuem uma grande variedade, podendo ser categorizados principalmente por: gorduras e óleos, orgânicos, cereais, leguminosas, carnes, pescados e ovos, tubérculos, processados e agroindustrializados, frutas, hortaliças, legumes e verduras (FNDEC).

A maioria dos estados está recebendo alimentos deste segmento, como demonstrado na figura 1. Alguns estados, como o caso do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo e Sergipe, possuem maior percentual de municípios utilizando alimentos da agricultura familiar para atender as escolas cadastradas no PNAE. Outros ainda não possuem a atuação do PNAE no seu território, como o caso de Roraima e Amapá.

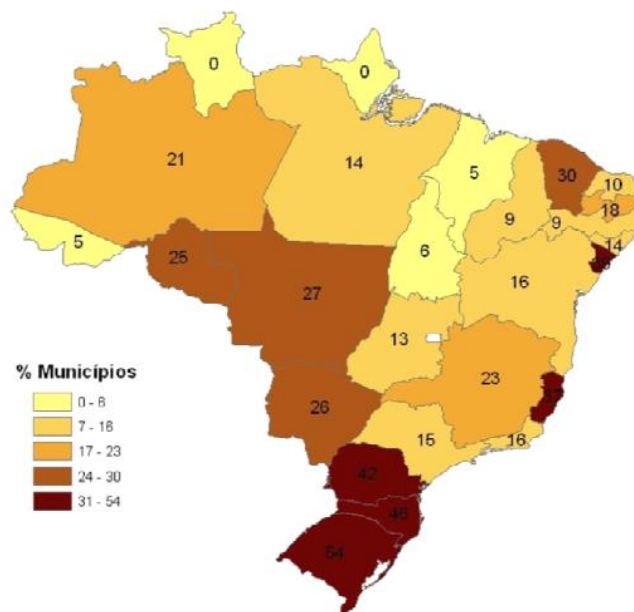


Figura 1. Percentual de municípios que estão utilizando alimentos do PNAE de origem da agricultura familiar.

Fonte: FNDE/MDA (2010)

O PNAE promove a conexão entre a agricultura familiar e as escolas públicas por meio da comercialização de alimentos básicos. Isso contribui para a fixação do homem no campo e para a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento rural. Além disso, gera renda para as famílias fornecedoras e agregação no valor aos seus produtos.

2.3. Avaliação de Políticas Públicas

Avaliações de políticas públicas são estudos realizados com o intuito de analisar a funcionalidade de determinada política pública ou programa social (CUNHA, 2006). Corroborando com a afirmativa, Costa e Castanhar (2003) acreditam que uma avaliação eficiente e contínua auxilia na busca por melhores resultados, bem como fornece informações sobre o desempenho da política pública ou programa social e, conseqüentemente, sobre a gestão pública.

Estas avaliações visam examinar o desempenho dos programas em relação ao alcance de seus objetivos e ainda permitem determinar se um programa gerou os efeitos pretendidos de acordo com seu planejamento (MOURÃO; LAROS, 2008). Visa também fornecer novos elementos que culminarão em intervenções ou aprimoramentos das políticas públicas. E por fim, é parte da prestação de contas da execução de determinada política (FARIA, 2005).

No Brasil, não existe uma legislação específica que exija que as políticas públicas ou programas sociais sejam avaliados antes ou após sua implementação. No entanto, a avaliação é de suma importância para o poder executivo, pois através destas pode-se descobrir a real aplicação dos recursos e modos de potencializar o seu alcance em termos de benefício social. O processo de avaliação de políticas públicas busca muito mais a correção de ações dos mesmos do que punir os casos comprovados do uso ineficiente dos recursos, visando sempre à melhoria dos indicadores de desempenho (RAMOS et al, 2010).

De acordo com Rossi (2012), a avaliação de programas sociais é importante para a sociedade pois através desta pode-se avaliar se os recursos do programa estão sendo utilizados de forma correta e mostrar a real efetividade do programa. De acordo com Mourão e Laros (2008), a avaliação de políticas públicas é recomendada principalmente quando:

- Os debates políticos são relacionados principalmente às probabilidades de eficácia de determinado programa ou política;
- É necessário demonstrar a forma mais eficiente de desenvolver os elementos do programa;
- Os programas puderem sofrer modificações, sejam elas mais radicais ou apenas de ajustes.

O foco desse tipo de estudo é averiguar as mudanças ocorridas nas condições de vida de uma população alvo (beneficiários) e avaliar e corrigir os possíveis erros visando à melhoria das políticas (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2007). Além disso, a avaliação de programas sociais mede a eficácia da gestão pública e é essencial para garantir a reforma de políticas públicas, a modernização e a democratização da gestão pública. Esse processo contribui para verificar a legitimidade social dessas ações e o grau de satisfação de seus usuários (RAMOS, 2009). Com isso, pode-se ter um maior alcance do programa gerando melhorias nos resultados e benefícios para os participantes.

No entanto, existem algumas considerações que merecem ser destacadas. Primeiramente, muitos dos programas produzem resultados em médio e longo prazo, demandando metodologias de avaliação que incluam estudos longitudinais (MOURÃO; LAROS, 2008). Outro fator importante é que raramente as políticas públicas seguem uma linha de ação constante, sem que ocorram alterações em sua constituição, isso impossibilita avaliações em períodos de curto, médio e longo prazo (CRONBACH, 1983).

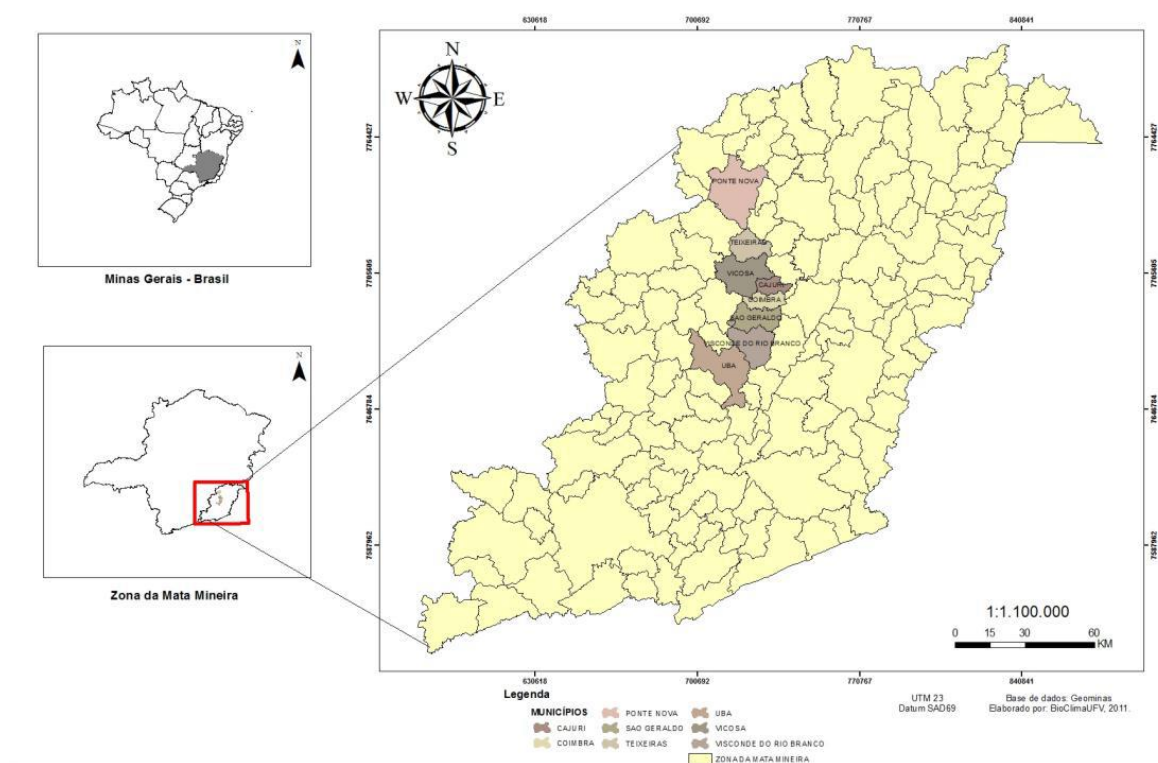
Desse modo, pode-se afirmar que a avaliação de políticas públicas deve buscar determinar características como eficiência, efetividade, impacto e sustentabilidade de uma política pública (TREVISAN; VAN BELLEN, 2008). Entretanto, é importante ressaltar que os estudos de avaliação de políticas públicas podem exigir para cada caso, a aplicação de metodologias distintas não necessariamente deve existir somente um modelo único de avaliá-las (CAMPÊLO, 2006). Isso ocorre por causa das peculiaridades de cada política pública, a disponibilidade de dados, limitações de tempo e circunstâncias de cada país (ROSSI, 2012).

3. Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa pode ser caracterizada como descritiva, sendo que os resultados almejados foram alcançados através de estudos de caso. A pesquisa descritiva visa detalhar as características de uma população ou fenômeno (MARTINS, 1994; VIEIRA, 2002; GIL, 2008). Outra característica importante deste tipo de pesquisa é que os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados e correlacionados sem interferência e manipulação do pesquisador (CERVO; BERVIAN, 2002; RODRIGUES, 2007).

De acordo com Gil (2002), o estudo de caso é uma pesquisa que busca se aprofundar em um ou mais objetos de estudo permitindo adquirir um conhecimento mais amplo e detalhado. Segundo Ventura (2007), o estudo de caso não aceita uma estrutura rígida, mas é possível definir quatro importantes fases: delimitar a unidade de caso; coletar os dados; selecionar, analisar e interpretar os dados; elaborar relatório. No entanto, o estudo de caso é limitado a somente uma realidade, uma vez que este se foca em um único objeto e seus resultados não podem ser generalizados.

O município de Ubá fica localizado na Zona da Mata de Minas Gerais, conforme o mapa 1. Segundo IBGE (2010), esse município abrange uma área territorial de 407,45 km² e possuía em 2010 uma população de 101.519 habitantes, tendo uma estimativa de 108.493 habitantes para 2013. Desse total, 96,19% são residentes em áreas urbanas e 3,81% em áreas rurais (FIALHO *et al*, 2011).



Mapa 1. Localização do município de Ubá.

Fonte: FIALHO *et al*. (2011).

A coleta de dados utilizou dois tipos diferentes de questionários. O primeiro foi aplicado aos gestores responsáveis pelo PNAE no município de Ubá buscando compreender as características e os trâmites burocráticos desse programa. O segundo questionário era formado por questões de percepção com respostas de múltiplas escolha (escala de *likert* 5 pontos). As variáveis investigadas no estudo foram: renda, preço pago pelo produto no programa, quantidade produzida, necessidade

de diversificação, qualidade, aquisição de bens duráveis e não duráveis, valorização da casa e benfeitorias, contratação de mão-de-obra, assistência técnica da EMATER e prefeitura e acesso a canais de comercialização. Esse questionário foi aplicado junto aos agricultores familiares participantes do PNAE entre os meses de agosto a outubro de 2014. Vale a pena destacar que esse estudo se baseou somente em produtores que possuem a DAP cadastrada no programa, sendo dispensada a participação de cônjuges, parceiros, meeiros e outros. Ao final, a amostra do estudo resultou num total de 28 produtores rurais, ou seja, 36,84% da população.

Os dados foram tratados através de estatística descritiva, sendo apresentados por meio de gráficos de proporções, tabelas e quadros. Para isso, utilizou-se o *software Statistica* versão 8.

4. Resultados

2.2.1. O PNAE em Ubá

A institucionalização do PNAE no município de Ubá ocorreu em 1996. No entanto, o novo modelo com a participação dos agricultores familiares como fonte fornecedora iniciou sua operacionalização em 2009. Nesse programa não existe um convênio firmado entre FNDE e o município, podendo ser suspensa a comercialização se não forem cumpridas as especificações do programa.

O programa é operacionalizado através de transferência direta de recursos para o pagamento dos produtores rurais, onde o FNDE deposita a verba em uma conta específica do município, que posteriormente paga os produtores. Apesar disso, segundo a nutricionista responsável pelo programa, devido a trâmites burocráticos e logísticos existe a necessidade de complementariedade de verbas da prefeitura do município para execução do PNAE em Ubá.

Para comercializar com o PNAE os produtores são organizados em associações ou cooperativas. Apesar disso, cada produtor comercializa por meio de DAP individual. Em Ubá a comercialização ocorre via Associação do Campo de Aviação e Região (ACAR), onde os próprios agricultores são responsáveis pelo recebimento dos alimentos, separação em cestas e entrega nas escolas públicas de Ubá.

Nos anos de 2012 e 2013, o PNAE operou com somente 43 agricultores familiares. Isso ocorreu devido à pequena demanda das escolas do município. Em 2014 o programa já conta com 76

agricultores, que residem nos municípios de Ubá, Tocantins, Visconde do Rio Branco, Guiricema e Guidoal. Apesar da sede do programa estar situada no município de Ubá, a comercialização não é restrita somente a produtores rurais deste município.

As compras são realizadas por intermédio de chamadas públicas, onde os produtos não perecíveis são adquiridos de seis em seis meses de fornecedores específicos e entregues mensalmente nas escolas. O programa compreende a comercialização de diversos gêneros alimentícios, sendo em sua grande maioria produtos hortifrutigranjeiros (alface, banana, batata, cebola, cenoura, couve, chuchu, goiaba, mandioca, melancia, mexerica pokan, pimentão, quiabo, repolho, tomate, vagem, inhame, feijão), de origem animal (carnes, ovos) e alguns processados (leite em pó, pães). Os produtos hortifrutigranjeiros, carnes e pães são comprados durante todo o ano e entregues semanalmente para as escolas da rede pública de ensino. O total de produtos comercializados de 2012 a 2014 é apresentado na tabela 1.

Tabela 1. Total de produtos comercializados no PNAE em Ubá de 2012 a 2014.

Ano	Total de produtos comercializados (ton.)
2012	152
2013	181
2014 (até agosto)	102

Fonte: Dados da pesquisa de campo

A prefeitura, por intermédio de parcerias, organiza palestras, reuniões e cursos de capacitação para os agricultores familiares. No entanto, a nutricionista entrevistada ressalta que um dos grandes entraves sofridos pelos produtores é a falta de capacitação e a displicência dos membros da EMATER que não realizam assistência técnica de forma regular. Apesar disso, ela acredita que os agricultores familiares estão satisfeitos com o PNAE, pois este tem proporcionado complementariedade de renda, bem como melhorias na qualidade de vida.

4.2. Análise socioeconômica dos benefícios gerados pelo PNAE

O primeiro indicador socioeconômico dos resultados do PNAE junto aos agricultores familiares que o estudo examinou foi à renda. Apesar do programa não visar garantir ao agricultor a independência econômica total dos outros canais de comercialização, a renda é um importante aspecto nas análises de políticas públicas de comercialização. O gráfico 4 apresenta os resultados referentes a percepção dos produtores em relação a renda depois que começaram a comercializar com o PNAE.

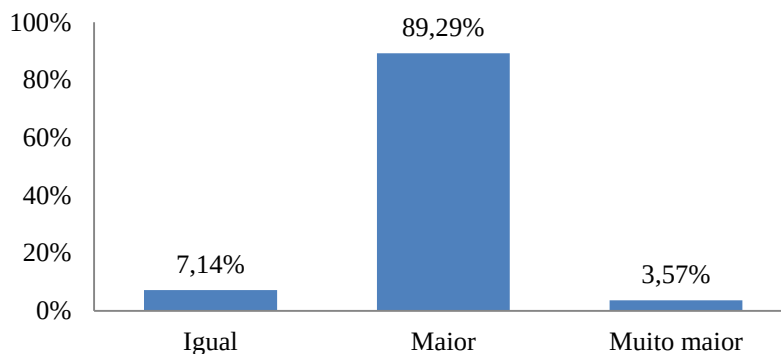


Gráfico 4. Percepção da renda dos produtores após o PNAE

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Pode-se ver pelo gráfico 4 que 89,29% dos produtores acreditam que sua renda teve um aumento por comercializar com o PNAE. Somente 7,14% dos produtores acha que sua renda continua a mesma depois do PNAE e somente 3,57% acha que sua renda está muito maior. No entanto, não se sabe se a percepção positiva da renda está relacionada somente aos recursos do PNAE, ela também pode ser por causa de outros canais de comercialização que os agricultores familiares conseguiram se inserir. O gráfico 5 apresenta a inserção dos agricultores familiares em outros mercados depois que estes iniciaram a comercialização com o programa.

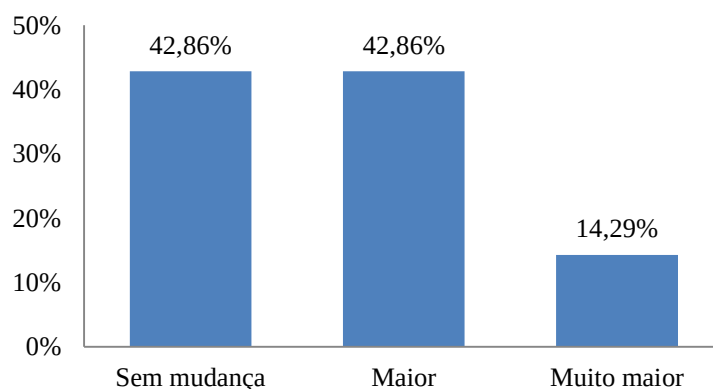


Gráfico 5. Acesso a novos canais de comercialização após o PNAE.

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Do total de produtores, 42,86% mencionaram que não houve melhorias no acesso a outros canais de comercialização depois que começaram a participar do PNAE. No entanto, uma parcela considerável mencionou ter maior acesso a novos mercados depois da política. O PNAE além de

ser um local de comercialização de produtos agropecuários é um ambiente onde ocorre grande interação social entre os agricultores, funcionários do programa, comerciantes locais e regionais. Com isso, eles trocam informações a respeito de novos mercados, associativismo e novas possibilidades de comercialização.

Ainda a respeito da percepção positiva da renda dos produtores, esta pode também estar associada ao valor pago pelo produto. A comercialização do programa aborda diversas variedades de produtos e seus preços são estabelecidos com base na média do valor praticado em mercados locais e regionais. Desse modo, o preço dos alimentos no PNAE pode ser mais alto ou mais baixo dependendo do produto comercializado. O gráfico 6 apresenta os resultados associados a percepção do produtor sobre o preço pago pelo produto no PNAE.

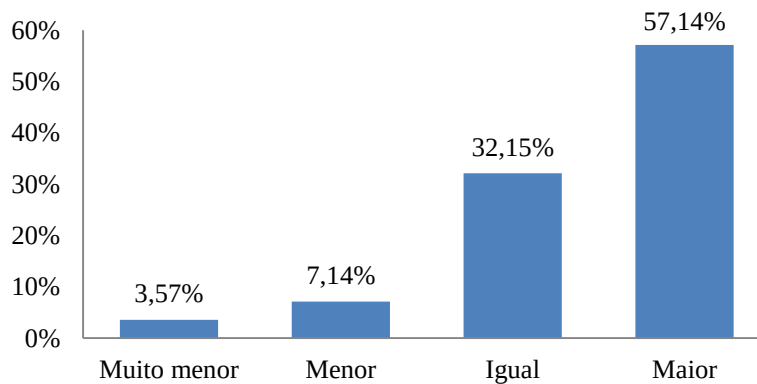


Gráfico 6. Percepção do preço pago pelo produto no PNAE.

Fonte: Dados da pesquisa de campo

A percepção dos agricultores a cerca do preço pago pelos produtos varia entre muito menor a maior (gráfico 6). Do total de produtores, 3,57% relataram que o valor pago é muito menor, 7,14% acredita que o valor é menor, 32,15% igual e 57,14% dos produtores acredita que o valor pago no PNAE é maior comparado como outros canais. Percebe-se que a maioria dos produtores tem a percepção positiva do preço pago pelos alimentos no PNAE. Assim sendo, pode-se dizer que a melhoria da renda do produtor gerada pelo PNAE também está associada ao maior preço dos produtos praticados no programa.

O aumento na quantidade de alimentos produzida pelos produtores após começarem a vender ao PNAE confirma vários estudos de avaliação de políticas públicas (DORETTO; MICHELLON, 2007; MARTINS; CAVALCANTI, 2007; HESPANHOL, 2009; FORMIGA; ARAÚJO 2012;

ROSSI, 2012; OLIVEIRA, 2015). Assim sendo, o gráfico 7 apresenta os resultados referentes a percepção dos produtores a cerca da quantidade produzida após se inserirem no PNAE.

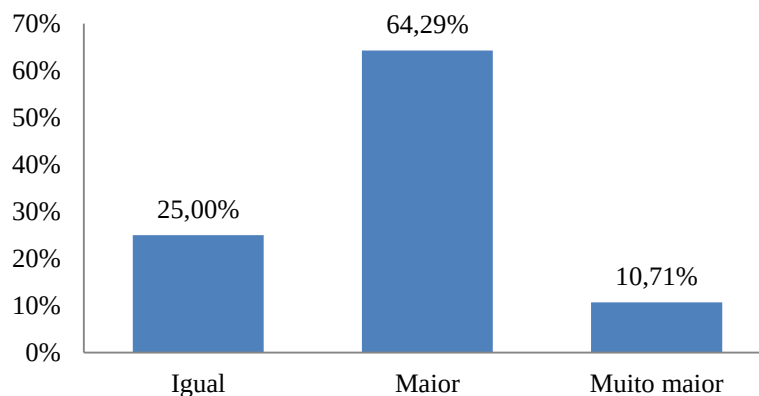


Gráfico 7. Percepção da quantidade produzida após o PNAE.

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Por meio do gráfico 7, pode-se notar que a percepção dos produtores rurais sobre a quantidade produzida variou de igual a muito maior. Somente 25% dos produtores relatou que a quantidade produzida é a mesma depois do PNAE. Possivelmente esses produtores são aqueles que não aumentaram sua rede de comercialização, mantendo somente o abastecimento dos mercados que já haviam alcançado. Apesar disso, 64,29% acham que estão produzindo uma quantidade maior e 10,71% deles acreditam que a quantidade produzida é muito maior. Para atender a demanda do PNAE e dos novos canais de comercialização, os produtores tiveram que adequar sua produção de acordo com as necessidades dos novos mercados.

Além disso, percebendo as novas oportunidades de mercado, uma grande alternativa para os produtores seria diversificar a produção buscando abranger maior parte do mercado. O gráfico 8 mostra os resultados relacionados a necessidade de diversificação para atender o PNAE e os novos mercados.

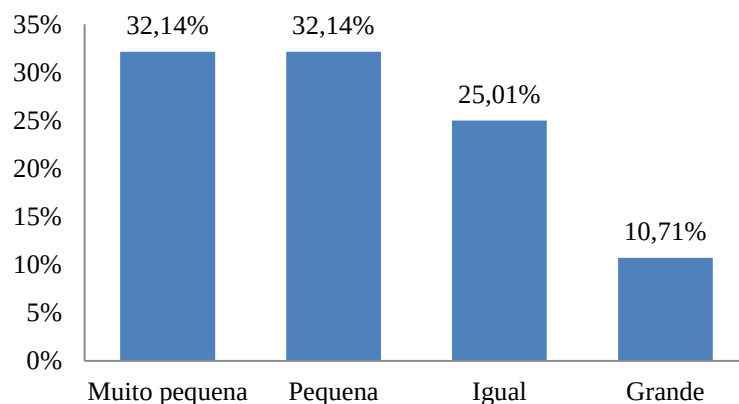


Gráfico 8. Percepção da diversificação dos produtos após o PNAE.

Fonte: Dados da pesquisa de campo

O gráfico 8 mostra que 32,14% dos produtores tiveram uma diversificação da sua produção muito pequena e pequena, 25,01% não diversificaram sua produção para atender ao PNAE e novos canais de comercialização e 10,71% acreditam que tiveram grande diversificação de seus produtos. O PNAE prioriza principalmente a comercialização de produtos que os agricultores familiares já cultivam. Porém, uma vez que os produtores não consigam suprir a demanda ou exista a necessidade de comercializar novos produtos no programa, isso gera oportunidade para os agricultores familiares que tenham a disponibilidade para inserir novos cultivares na sua plantação.

O PNAE procura priorizar a comercialização de produtos de alta qualidade para o atendimento de seu público alvo. Assim, os produtores foram indagados a respeito de uma eventual melhoria na qualidade dos seus produtos depois do PNAE (ver gráfico 9).

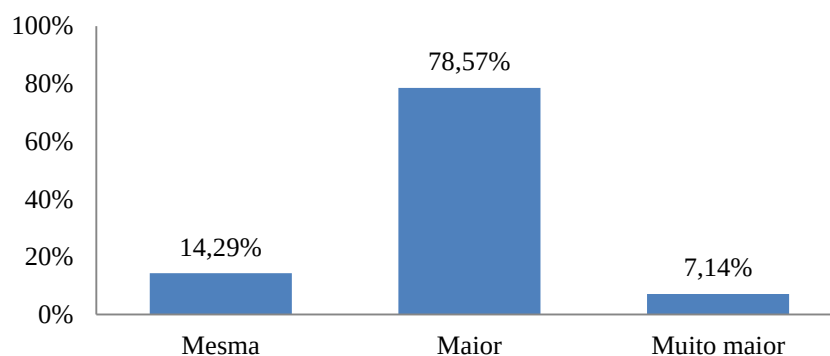


Gráfico 9. Percepção da qualidade dos produtos após o PNAE.

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Do total de produtores entrevistados, 14,29% tem a percepção de que seus produtos possuem a mesma qualidade mesmo depois do PNAE, 78,57% acreditam que seus produtos estão melhores e 7,14% que a qualidade está muito melhor (gráfico 9). Nota-se que o programa causou grande melhoria na qualidade dos alimentos da maioria dos produtores.

Por fim, os produtores foram questionados em relação a melhorias de assistência técnica pública por causa do PNAE. Ele opera em parcerias com órgãos públicos disponibilizando cursos de aprimoramento gerencial, melhores práticas de plantio e conservação dos alimentos. O gráfico 10 apresenta os resultados da percepção dos produtores acerca da assistência técnica gerada pela EMATER e pela prefeitura de Ubá.

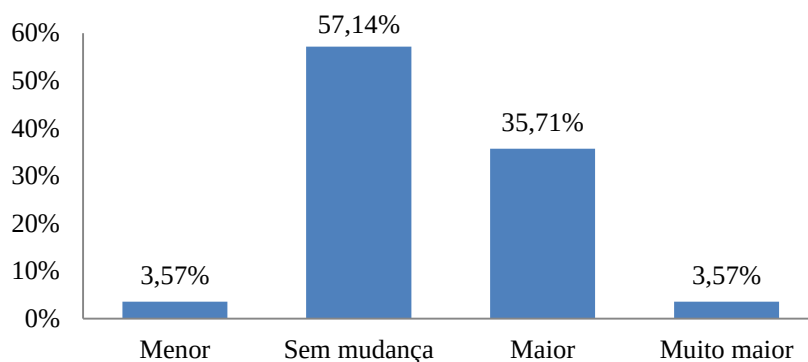


Gráfico 10. Percepção de assistência técnica da EMATER e prefeitura após o PNAE.

Fonte: Dados da pesquisa de campo

O maior percentual de respostas (57,14%) está em torno da que não ocorreram mudanças na frequência de assistência técnica pública por causa da inserção dos produtores no PNAE. Uma pequena parcela (3,57%) de produtores rurais disse que houve redução no número de visitas dos extensionistas responsáveis pela assistência técnica. No entanto, 35,71% dos produtores afirmaram que houve um aumento grande na assistência técnica e 3,57% afirma que houve um grande aumento muito as visitas técnicas exclusivamente por causa do PNAE.

5. Considerações finais

O objetivo deste estudo foi avaliar os impactos socioeconômicos causados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos agricultores beneficiários do município de Ubá-MG Brasil. Através de uma análise detalhada dos dados, argumentações levantadas e interpretações, pode-se

concluir que das variáveis analisadas, as que obtiveram maior expressão são renda, quantidade produzida, preço pago pelo produto, qualidade dos quais interagem entre si criando uma característica positiva que favorece o comércio com o programa.

Assim fica evidente que esse programa é um importante mecanismo de comercialização que proporciona benefícios socioeconômicos aos produtores. Desse modo, ele poderia ser implementado nos diversos municípios brasileiros como forma de fortalecer e desenvolver a agricultura familiar brasileira.

Para que este estudo tenha maior eficiência, se faz necessário ampliar seu escopo para outros municípios que também operacionalizam o PNAE. Comparar os resultados alcançados proporcionaria uma maior compreensão da realidade dos benefícios socioeconômicos gerados pelo programa na agricultura familiar.

6. Bibliografia

BELIK, W., CHAIM, N.A., WEIS, B. (2011), O programa nacional de alimentação escolar como instrumento de desenvolvimento local. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Brasileira e Sociologia Rural (SOBER) Disponível em: www.sober.org.br/palestra/12/07O073.pdf [consultado em 25-7-2014].

BUAINAIN, A. M (2005), Peculiaridades regionais da agricultura familiar brasileira. In: Gestão integrada da agricultura familiar. SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O (org.). EDUFSCAR, São Carlos, pp.

BUAINAIN, A. M., SOUZA FILHO, H. M. (2007), Ações de combate à fome e a pobreza rural: metodologia para avaliação de impacto. Instituto Interamericano de cooperação para a agricultura, In: Série desenvolvimento rural sustentável, MIRANDA, C., COSTA, C. (coord), 6(1), pp. 1-222. Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Serie-DRS-vol-6-Acoes-de-combate-a-pobreza-rural.pdf> [consultado em 17-9-2014].

CAMPÊLO, A. F. (2006.), Avaliação de programas sociais em ONGS: discutindo aspectos conceituais e levantando algumas orientações metodológicas sobre avaliação de impacto. Interfaces de Saberes, 6, pp.1-14. Disponível em: http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/avaliacaoprogrsociais_amandafcampelo.pdf. [consultado em 12-5 2014].

CARVALHO, D. M., SANTOS, A. B., SOUZA JÚNIOR, J. P., FERRER, M. T. (2009), Perspectivas dos jovens rurais: campo versus cidade. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 47. Porto Alegre/RS. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/881.pdf> [consultado em 1-6-2014].

CERVO, A., L; BERVIAN, P. A. (2002), Metodologia científica. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall.

COSTA, L. M. C. (2004), O programa nacional de alimentação escolar (PNAE) na perspectiva dos usuários: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado, Fortaleza, Programa Regional de Pós- Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. (2003), Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. 2003. Revista de Administração Pública, 37 (5), pp. 969-992. Disponível em: http://www.fgv.br/ebape/nova-ebape/comum/arq/Costa_castanha.pdf >. [consultado em 15-5-2014].

CRONBACH, L. J. (1983), Designing evaluations of educational and social programs. Washington: Jossey-Bass.

CUNHA, C. G. S. (2006), Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. Secretaria de Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul. Disponível em:

http://www.scp.rs.gov.br/upload/avaliacao_de_politicas_publicas_e_programas_governamentais.pdf [consultado em 12-5-2014].

DORETTO, M.; MICHELLON, E. (2007), Avaliação dos impactos econômicos, culturais e sociais do programa de aquisição de alimentos do estado do Paraná. In: Flavio Borges Botelho Filho/ Amauri Daros de Carvalho (Org.) Avaliação de Políticas de Aquisição de Alimentos. 27 (7), pp. 107-138.

FARIA, C. A. P. (2005), A política da avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 20 (59), pp. 97-109. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a07v2059.pdf>. [consultado em 14-5-2014].

FIALHO, E. S., *et al.* (2011), Clima e sítio na Zona da Mata mineira: uma análise de episódios de verão. Revista Brasileira de Climatologia, 7(8). Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/revistaabclima/article/view/25799> [consultado em 5-5-2014].

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, (2014), Histórico do PNAE. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>. [consultado em 15-3-2014].

_____. Apresentação do PNAE. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>. [consultado em 15-1-2014].

_____. Execução do PNAE. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-funcionamento/execucao-alimentacao>. [consultado em 20-1-2014].

FORMIGA, W. A. M., ARAÚJO, A. F. (2012) Análise da implementação da agricultura familiar na merenda escolar de São Bentinho-PB. Trabalho de conclusão de curso, João Pessoa/PB, Departamento de Economia, Universidade Federal da Paraíba.

GIL, A. C. (2008), Como elaborar projetos de pesquisa. 4º ed. São Paulo, Atlas.

GUILHOTO, J. J. M., ICHIHARA, S. M., SILVEIRA, F. G., DINIZ, B. P. C., AZZONI, C. R., MOREIRA, G. R. C. (2007), A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. 35º Encontro Nacional de Economia. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A089.pdf> [consultado em 1-6-2014].

HESPANHOL, R. A. M. (2013), Programa de aquisição de alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. Revista Sociedade e Natureza, 25 (3), pp. 469-483. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/22638/pdf_4 [consultado em 10-5-13].

IBGE (2006). Censo Agropecuário 2006. Disponível: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuaria.pdf> [consultado em 28-5-2014].

MACHADO, M. D.; LAGO DA SILVA, A (2003), Canais de Distribuição para produtos provenientes da Agricultura Familiar: um estudo multicaso na região de São Carlos e Araraquara. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Brasileira e Sociologia Rural (SOBER), 41, Juiz de Fora/MG. Disponível em: <http://www.gepai.dep.ufscar.br/viewpub.php?id=21> [consultado em 15-3-2014].

MARTINS, G. A. (1994), Manual para elaboração de monografias e dissertações. 3 ed. São Paulo: Atlas.

MARTINS SILVA, J.; MENDES, E. P. P (2009), Agricultura familiar no Brasil: características e estratégias da comunidade Cruzeiro dos Martírios- município de Catalão/GO. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, XIX. pp. 1-28. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Silva_JM.pdf. [consultado em 31-8-2014].

MARTINS, S.P.; CAVALCANTI, L.I. (2007), Avaliação do impacto da execução do PAA no estado do Rio Grande do Norte. Revista sociedade e desenvolvimento rural, 1 (1), pp. 1-30. Disponível em: <http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/view/27/24> [consultado em 12-12-14].

MOURÃO, L.; LAROS, J.A. (2008), Avaliação de Programas Sociais: Comparando Estratégias de Análise de Dados. Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa, 24 (4), pp. 545-558. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v24n4/19.pdf> [consultado em 11-11-2014].

PERES JR, M. R., PEREIRA, V. G., SIQUEIRA, P. H. L., ANTONIALLI, L. M. (2013), Caracterização e agrupamento de município de Minas Gerais em relação à agricultura familiar. Revista Brasileira de Gestão e

Desenvolvimento Regional, 9 (3), pp. 54-99. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1126> [consultado em: 15-10-2014].

RAMOS, M. (2009), Aspectos conceituais e metodológicos de políticas e programas sociais. Revista Planejamento e Políticas públicas, 32, pp. 95-114. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/11/16> [consultado em 2-9-2014].

RAMOS, M. P., LERMEN, J. I., BUSATTO, L., MATOS, J. (2010), Avaliação de impacto de Políticas Públicas: uma experiência com Projeto Inverno Gaúcha da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Revista de Políticas Públicas, 14(2), pp. 297-306. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/440/831>. [consultado em 14-5-2014].

RIBEIRO, A.L.P.; S. CERATTI; D.T. BROCH. (2013), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto, 1(1), pp.36-49. Disponível em: <http://revistaelectronica.unicruz.edu.br/index.php/GEDECON/article/view/282> [consultado em 2-11-2014].

RODRIGUES, W. C. (2007), Metodologia científica. Disponível em: http://pesquisaemeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/64878127/Willian%20Costa%20Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf. [consultado em 8-5-2014].

ROSSI, F.R. (2012), O programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar no município de São Carlos: impactos socioeconômicos nos agricultores familiares beneficiários. Dissertação de Mestrado, São Carlos-SP, Departamento de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: http://www.bdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tede_busca/arquivo.php?codArquivo=5465 [consultado em 10-1-2015].

SOUZA FILHO, H.M.; BONFIM, R.M. (2013), Oportunidades e desafios para a inserção de pequenos produtores em mercados modernos. In: CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z. (org). A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível? Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), pp.71-100. Disponível em: http://www.cgEE.org.br/publicacoes/pequenos_produtores.php [consultado em 8-8-2014].

STURION, G. L, SILVA, M. V., OMETTO, A. M. H., FURTUOSO, M. C. O., PIPITONE, M. A. P. (2005), Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil. Revista de Nutrição. 18(2), pp. 167-181. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rn/v18n2/24373.pdf> [consultado em 30-9-2014].

TREVISAN, A.P.; VAN BELLEN, H.M. (2008), Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. Revista de administração pública, 42(3), pp. 529-550. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf> [consultado em 12-12-2014].

VENTURA, M. M. (2007), O estudo de caso como modalidade de pesquisa. Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro, 20(5), pp.383-386. Disponível em: http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf [consultado em 16-7-2014].

VIEIRA, V. A. (2002), As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. Revista da FAE, 5(1), pp.61-70. Disponível em: http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n1/as_tipologias_variacoes_.pdf [consultado em 8-5-2014].

7. Agradecimentos

Os autores agradecem a todos os envolvidos no desenvolvimento deste trabalho, principalmente os gestores do PNAE em Ubá, aos agricultores familiares participantes e ao Prof. Dr. Pedro Carlos Oprime. O trabalho correspondente é parte da dissertação de mestrado intitulada “Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar: estudo de caso na microrregião de Ubá-MG” e teve como agência financiadora a Coordenação de Aprimoramento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES).